

REFAZ RECONSTRUÇÃO

Programa de regularização de créditos tributários de ICMS do Rio Grande do Sul

PLANO RIO GRANDE - REFAZ RECONSTRUÇÃO

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul anunciou, no dia 18 de março de 2025, nova medida do Plano Rio Grande que visa auxiliar na retomada dos negócios no Estado.

O **REFAZ Reconstrução** permitirá a regularização de créditos tributários de ICMS junto à Receita Estadual e Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

A instituição do Programa havia sido autorizada pelo CONFAZ, em janeiro de 2025, sob condições que, na prática, eram mais favoráveis do que as efetivamente implementadas.

Naquela oportunidade, o Estado do Rio Grande do Sul recebeu autorização para conceder descontos de até 100% sobre multas e juros para pagamento à vista e de até 50% para parcelamentos em até 120 prestações.

No entanto, o Programa implementado trouxe condições menos vantajosas tanto em relação ao que foi autorizado pelo CONFAZ quanto em comparação ao último REFAZ, de 2019.

DÉBITOS ELEGÍVEIS

Créditos tributários de ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, **vencidos até 31 de dezembro de 2024**.

X Vedações:

- 1. Crédito tributário objeto de pedido de compensação homologado, ressalvado o saldo da compensação e;
- 2. Créditos tributários garantidos por depósito, seguro garantia ou fiança bancária, quando houve trânsito em julgado favorável à Fazenda.

PERÍODO DE ADESÃO

De 19 de março a 30 de abril de 2025.

COMO ADERIR

Empresas com inscrição estadual, ainda que baixada, pelo Portal e-CAC, no site da Receita Estadual.

MODALIDADES DISPONÍVEIS PARA ADESÃO

Para pagamento à vista

• Modalidade 1

Quitação, até 30/04/2025, de **todos** os créditos do contribuinte, com redução de 95% nos juros e multas.

• Modalidade 2

Quitação, até 30/04/2025, dos **créditos tributários escolhidos pelo contribuinte**, com redução de 75% dos juros e multas.

Para parcelamento

• Modalidade 3

Parcelamento de **todos** os créditos do contribuinte, em até 6 prestações, com redução de 90% nos juros e multas;

• Modalidade 4

Parcelamento dos **créditos escolhidos pelo contribuinte** com redução de:

- 70% para parcelamento em até 18x;
- 50% para parcelamento de 19 a 36x;
- 30% para parcelamento de 37 a 60x. ou;
- 10% para parcelamento de 61 a 120x.

HIPÓTESES DE REVOGAÇÃO DO PARCELAMENTO

- Inadimplência, por 3 meses consecutivos, do pagamento integral das parcelas;
- Falta de regularização de créditos tributários de ICMS declarados em DeSTDA, GIA ou GIA-ST, decorridos 90 dias após a inclusão efetiva no sistema de controle da dívida ativa do Estado, comunicada ao contribuinte e verificada após a adesão ao Programa

OUTRAS INFORMAÇÕES

- ✓ Créditos tributários com parcelamento em curso poderão ser incluídos no REFAZ, desde que o total de parcelas não exceda 120, descontando-se as já pagas no parcelamento anterior.
- ✓ Créditos tributários garantidos com depósito em montante integral somente poderão ser enquadradas nas Modalidades 1 ou 2, vedado o aproveitamento dos valores depositados.
- ✓ Negociação de créditos tributários em cobrança judicial:
 - O pagamento do crédito tributário não isenta o contribuinte de custas, emolumentos e despesas processuais;
 - O crédito tributário em execução será acrescido de honorários advocatícios, conforme ato da PGE e serão devidos, ainda que outro montante tenha sido fixado judicialmente, à razão de, (i) 1% sobre o valor pago na Modalidade 1, (ii) 2% sobre o valor pago na Modalidade 3, (iii) 4% sobre o valor pago na Modalidade 2, ou (iv) 7% sobre o valor pago na Modalidade 4.
- ✓ Os créditos tributários que contenham parcelas com vencimento até 31/12/2024 e, no mesmo crédito, contenham parcelas vencidas após essa data, somente poderão ser parcialmente incluídos no REFAZ mediante solicitação formal, feita até 11/04/2025, de separação dessas parcelas.